

**Accção
Realís
ta**

**revíssta
quínzenal**

Na séde da Acção Realista recebem-se donativos para a Assistencia aos Monarquicos Necessitados.

SUMARIO

<i>Um ano de combate</i>	Redacção
<i>Carta aberta aos meus amigos e companheiros (Conclusões)</i>	por H. de Paiva Couceiro
<i>Côrtes de 1828 — Discurso do Bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lôbo</i>	
<i>A «republicanisação» do ensino</i>	por Fernando Campos
<i>A divisão territorial portuguesa</i>	por Luis Chaves

REVISTA DA QUINZENA

<i>Suas Magestades em Roma — Letras</i>	por João Ameal e E. G.
<i>Acção Realista Portuguesa — Vária.</i>	
<i>Retrato de Dom Miguel I</i>	por Giovanni Ender

Este número contém 24 páginas

No próximo numero publicaremos a noticia do jantar da Acção Realista Portuguesa com a resenha dos discursos.

Este numero da nossa revista devia sair no dia 1 de Junho. Apesar de toda a nossa boa vontade, não foi possível. A tipografia não é nossa e houve uma gréve de tipógrafos. Rogamos a benevolencia dos nossos leitores.

Toda a correspondência relativa à administração deve ser endereçada ao editor e gerente sr. Pedro E. da Camara.

AÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES



D. MIGUEL I

Quadro de Giovanni Ender

Um ano de combate

A nossa revista conta já um ano de serviço no bom combate. Iniciada a sua publicação na 2.^a quinzena de maio do ano passado, a *Acção Realista*, passando por cima de todas as dificuldades, despresando a má vontade de muitos monarquicos, nunca hesitou um momento em erguer, ao vento dos combates, a bandeira do nosso nacionalismo. Passou um ano de luta e a nossa esperança e o ardente amor da terra, que nunca desfalece, fundem-se numa única labareda, num único facho que nos guia. Podemos colocar um marco no nosso caminho : e na pedra, que memora um ano de actividade, temos a alegria de inscrever algumas vitórias e as palavras fortes do nosso ideal.

Não tem sido inútil o nosso trabalho, não se malograram tanto esforço viril e tanta esperança alevantada ! Conseguimos despertar da sua apatia muitas vontades firmes que motivos de vária ordem tinham afastado da acção.

Dentro da Causa de El-Rei, que é a propria Causa da Pátria, conseguimos organizar um núcleo homogéneo, solidário, consciente e combativo, que sabe compreender, na anarquia do nosso tempo, as finalidades eternas da nação. Quando a *Acção Realista* Portuguêsa surgiu, alguns monarquicos, que o impeto da luta e a afirmação de ideias claras e energicas põem numa especie de pânico, ergueram contra nós suas vozes iradas, acusando-nos de indisciplina.

Passámos á frente, sem prestarmos atenção ao tumulto transitório, que se levantára dentro da Causa Monarquica. Continuámos o nosso trabalho de organização e de propaganda, afirmando sempre fidelidade a S. M. El-Rei, que não é hoje um soberano liberal, mas um chefe reíntegrado na sua alta autoridade.

De toda a parte chegavam adesões e aplausos entusiasticos. Que o nosso movimento era necessário e oportuno prova-nos a simpatia que nos manifestavam os monarquicos que não escondiam o seu desdem por um librêto de operêta, velho, arcaico, grotesco, — a Carta Constitucional. A indisciplina, de que nos acusáram certos monarquicos, era, afinal, uma profunda questão de doutrina. Só inteligencias facciosas ou obsecadas não viram, ou não quizeram vêr, que a *Acção Realista* Portuguêsa possuia toda a legitimidade para existir dentro duma causa onde se chocam duas grandes correntes : a doutrina caquética que se reclama da «Carta» e de liberalismo ; e a doutrina monarquica, orientada lucidamente por todos os ensinamentos da sciencia e que é a nossa.

Negar ao nosso movimento o direito de se organizar era o mesmo do que restringir a Causa de El-Rei á defeza do liberalismo vetusto, que a republica ampliou, dando-lhe os ultimos retoques da falta de intelligencia e da anarquia bárbara.

O Rei, representante da Nação, chefe dos Portuguêses, nunca poderia estar prêso, pela própria natureza da sua magistratura superior, a uma doutrina que gerára a republica. A nação não é o liberalismo : as suas energias tradicionais irrompem do sub-solo e, neste momento de transição, passam como vagas rumorosas sobre o cadaver de ideias ressequidas. El-Rei, no exilio, tem sabido chamar a si a autoridade legitima que lhe compete.

Esta situação criou em todos os monarquicos um sentimento de fidelidade ao Rei, que não se conhecia naquêles agitados últimos anos da Monarquia. Hoje, El-Rei fala e é ouvido. A sua voz chega-nos directamente, como interprete do interesse nacional, sem os obstáculos dos partidos e a anarquia brava do Parlamento. O exilio de El-Rei conseguiu unificar num alto sentimento todos os monarquicos; e se ainda alguns defendem, numa pura attitude seculo XIX, as ideias liberais, vemos, porém, que esses mesmos já reconhecem a autoridade, antigamente negada, de El-Rei, como chefe de todos os portuguezes, e detentor dum poder legitimo que as ondas das ambições políticas, não devem nem podem destruir.

Passou um ano sobre o dia em que nos lançámos no bom combate. Olhando para traz no caminho andado, vimos o progresso seguro do nosso movimento. Isolados ao principio, três órgãos acompanham agora a nossa actividade, propagando a nossa doutrina e preparando a hora final da vitória. Em Trás-os-Montes, *A Realeza*, em Coimbra, a *Restauração*, no Algarve, a *Acção Algarvya*, espalham a ideia salvadora, permanecem como fortes núcleos de irradiação e combatividade.

Por todo o país a nossa organização prossegue, com um ardente espirito de proselitismo. Que mais poderíamos desejar para considerarmos este primeiro ano um magnifico periodo de belas realisações? Serenamente encaramos o futuro, que a esperança ilumina com uma gloriosa claridade. Temos por nós a mocidade, — até junto de nós chegam constantemente os aplausos dos que frequentam as Universidades. A geração nova a que pertencemos, gente de hoje, que reconquistou para a Pátria as verdades eternas, saberá cumprir o seu dever, regando com o seu sangue, selando com o seu sacrificio, a obra heroica de resgate. Saberemos reconstruir, sobre os seus alicerces impereciveis, o Portugal de amanhã, que parece de novo votado ao seu destino de construtor de civilização. Época de ruinas, — época de ascenções espirituais! A Pátria sofre o seu martírio, sua alma cristã anda errante por caminhos de expiação. Perante á grandeza religiosa do futuro, — é com desdem que vemos a anarquia do capitalismo individualista, cúmplice da politica democratica, uma sociedade decadente, que reclama um novo Balzac, a falsa aristocracia, que esquece as virtudes da nobreza e faz do brazão um ridiculo catitismo, a imbecilidade do Estado, incapaz de aproveitar, numa architectura sóbria e forte, a materia social d'spersa e anarquizada. Caminhamos para a frente, num caminho iluminado por um clarão de esperança.

Saibamos, no meio da derrocada, salvar o tesouro das verdades divinas e humanas!

A Monarquia é o governo de um só e estar o Monarca no seu palacio esperando com os braços encruzados que lhe venha de baixo alguma ordem para executar, isto não é ser Monarca, mais parece ser um comissario de aqueles senhores.

José Agostinho de Macêdo (C *Desengano*, n.º 14).

CARTA ABERTA AOS MEUS AMIGOS E COMPANHEIROS

VI

CONCLUSÕES

«Não se destroe senão o que se substitue». Respeitando esta máxima prudente, e a fé do compromisso assumido perante amigos e companheiros, — acabámos de definir, melhor ou peor, as instituições politicas, sociaes, economicas e defensivas, do Estado Nacional, -- que pretendemos que substitua o Estado «parlamentarista», ou «partidista», republicano ou monarchico, que regeitamos.

Está o problema posto claramente.

O que se encontra no momento sob a nossa vista são governos instaveis, e anarchicos, sujeitos a influencias revolucionarias e a interesses particulares. Administração prevaricante. Impostos espoliadores. Bens nacionaes em liquidação. Colonias em risco de expropriação pacifica. Moeda amesquinhada e oscilante. Finanças em falencia. Viação marroquina. Faltas de trabalho. Emigração d'homens e capitaes. Producção improgressiva e escassa. Indice da mortalidade em crescimento e a raça definhada. Moral publica diminuida. Predominantes, o jogo, especulação, egoismos, e indiferenças pela Causa Publica, Amolecido e quebrantado o sentimento nacional. Miserias e privações. Venalidades e turbulências. Incertezas e apreensões pelo futuro. Desprestigio e descredito completo, por dentro e por fóra.

Sem metaphora, nem redundancia, isto chama-se um Paiz em plena dissolução,

E essa dissolução tem de ser atalhada. Creio que, até aqui, todos concordam. Só a respeito da maneira d'operar, surgiu opiniões diversas.

*

E' certo todavia que a vida das Nações depende fundamentalmente da sua politica, quer dizer, da acção dirigente e governativa dos Estados, cujo espirito e impulso se transmitem aos povos, afeiçoando-lhes as actividades e canalizando-lhes os destinos, n'este ou naquelle sentido.

Póde, pois, afirmar-se, sem temeridade de juizo, que a responsabilidade directa do derrubamento nacional, a que estamos assistindo, pertence ao Estado republicano, e não ao Povo Portuguez, que só pecca por excesso de paciencia.

No Estado, com efeito, nos seus principios. e nas suas normas e modalidades de constituição e d'exercicio, é que nós encontraremos a chave do nosso problema. E não apenas nos homens que, por melhores que sejam, se inutilizam para o bem, dentro d'um mau regimen, conforme o está demonstrando, sem ir mais longe, a propria historia do

Constitucionalismo Portuguez. Se o não verá quem a si mesmo pretenda iludir-se, fechando voluntariamente os olhos do intellecto perante a verdade de que não póde haver boa politica, nem por consequencia a paz, a ordem, a prosperidade e a graneza, que d'ella dimanam, emquanto primeiro não exista o estatuto politico adequado para condicionar, inspirar, e promover essa mesma boa politica. Em resumo, a reconstrução nacional tem de iniciar-se pela reconstrução do Estado Nacional.

Verdade aliás axiomática, mas que tem de accentuar-se em attenção aos cultores da lei do menor esforço, — numerosissimos em Portugal, — a quem, pela passiva, cabem as responsabilidades da desgraça presente, que, pela activa, são, de pleno direito, attributo da Republica.

«Nacionalismo» chamámos á nossa doutrina do Estado-Nação. Querendo tambem com esta palavra significar d'um modo geral o patriotismo militante que, possuido pelo espirito de reacção contra o decahimento nacional, toma por guia da sua orientação, e acção politica, o objecto immediato e concreto da «Salvação Publica» traduzido n'aquella especie de regimen, cujas ideias, regras, conformações e funcçõamentos, julga mais próprios e propícios para fazer prevalecer a Soberania do «Bem Publico». Incluindo, por consequencia, opposição declarada ao Parlamentarismo.

Este facto não conhece, nem pode conhecer, inimigos á sua esquerda. Para a esquerda, pelo contrario, o arrasta cada vez mais a logica dos seus principios. Individuo, ou grupo liberalista, que pretenda deter-se, é desde logo classificado como reaccionario por aquelles que seguem na corrente. Assim se descamba na pura demagogia que vive da guerra de classes e dos odios, e das paixões que ella propria desencadeia e provoca, por meio da rhetorica populareira, e das falsas promessas. Por conveniencias exteriores guardam-se no entretanto as possiveis apparencias constitucionaes. Essas jormulas, todavia, são apenas o véo que encobre o estado permanente de revolução, e a marcha continua para extremismos successivamente mais radicaes ; preparando-se no momento actual — conforme todos veem — um salto mais franco para a socialisação e para o advento d'um cahos moscovita, debaixo dos escombros do qual fique de todo subvertida a civilisação secular que nos criou a grandeza historica.

Por entre phases e alternativas, que não alteram a curva synthetica do movimento, — tal se nos apresenta a evolução parlamentarista, ou liberalista, desde 1906, nomeadamente, até 1925. Vinte annos de constante agitação revolucionaria, com terminus evidente em alguma catastrophe seria, se os portuguezes dignos desse nome se não resolvem a fazer-lhe frente decidida.

E' classico, e comprovadissimo que aquelles que não querem, não podem, ou não sabem empregar, na hora propria, a «ultima ratio» das violencias oportunas, são invariavelmente avassalados e ludibriados pelos violentos. Usa mesmo dizer-se na Inglaterra, paiz do senso commum, que, entre os homens de bem, as faculdades de combate devem estar tão desenvolvidas, e promptas a servir como entre os bandos de demolição e da desordem. Quer dizer, em termos mais rudes : «contra o bacamarte, o bacamarte». Sem

por isso excluir os meios chamados legaes. Todos servem. Pois é bem o caso de aplicar o «*Salus populi, suprema lex*» do direito publico romano.



Embora venha no fim, é esta chronologicamente a 1.^a parte do nosso programa. E revogado pelos meios conducentes o regimen parlamentarista republicano, trataremos desde logo de criar, segundo a doutrina exposta, um novo Estado politico, social e economico. Entrar nos sulcos anteriores de 1910 seria prova manifesta d'insensibilidade á lição clara dos factos. A nossa salvação nacional só póde provir d'um grande impulso patriotico, e d'uma revolução, — no bom sentido da palavra, -- feita sob as sugestões d'esse mesmo impulso patriotico.

Por revolução entendemos uma transformação radical na ordem das cousas, operada com energia de cima para baixo. Temos vivido n'um regimen de ficções e mentiras; d'anarchias á solta e d'incompetencias triumphantes; d'abdicações de governo, e tyrantias do sectarismo irresponsavel; d'imoralidades, d'indisciplinas, e d'abandôno do dever em larga escala. E a revolução ha de consistir em sahir de tudo isso, para entrar n'uma politica nacional capaz de vencer tudo isso, e de estabelecer no paiz a ordem, e o trabalho, a decencia e a verdade.

Essa politica nacional é das atribuições do Estado-Nação, que pretendêmos instaurar. O qual Estado-Nação, pela propria circumstancia de mergulhar as suas raizes nas estruturas da nação organizada, realisarâ automaticamente, — o que ha muito não succede em Portugal, — o contacto legitimo e as compenetrações reciprocas entre o Povo e o seu Governo, primeira condição imprescindivel para a força, eficiencia, e moralidade nacional.

E á sombra d'esse Estado, — construido em relação harmonica com a organização popular e social, — o fermento revolucionario, o syndicalismo revolucionario, e o espirito de facção, perdem as suas razões de ser, porque se lhes abrem pela frente as largas perspectivas da justiça e da cooperação organica, garantindo os esforços do trabalho e promovendo o desenvolvimento da riqueza, e, portanto, o bem estar geral, sob o amparo d'um Estado patriotico e competente.



E n'esta esperança, e com fé inabalavel na Patria e nos seus destinos, porque conheço um pouco a Historia de Portugal, e de perto as camadas profundas do Povo Portuguez, dou aqui por terminadas as explicações que devia a amigos e companheiros, exprimindo-lhes os meus votos por que vejam em breve coroados, por um exito positivo e integral, as nobres dedicações patrioticas, com que, — atravez d'uma já longa adversidade, — teem sustentado a Bandeira Azul e Branca, que a todos nos cobre.

H de Paiva Couceiro.

As Côrtes Gerais de 1828

O DISCURSO DO BISPO DE VISEU

A história imparcial e serena do período das lutas civis está por fazer. A que a maior parte do publico conhece não corresponde à verdade, que um facciosismo sem elevação desfigurou, mascarando-a com erros grosseiros. Ainda hoje um preconceito inveterado acolhe com escandalo a afirmação de que Dom Miguel foi verdadeiro soberano de Portugal e que, de direito e de facto, reinou no nosso país desde 1828 a 1834! Há quem desconheça este facto, e tantos outros, como a reunião das Côrtes Gerais dos tres Estados, no Palacio da Ajuda, em 1828. Essa Assembleia Nacional, convocada e eleita segundo as normas do nosso direito tradicional, é uma das mais formosas e altas afirmações da nossa tradição. A ela concorreram representantes do Clero, da Nobreza e do Povo, estes ultimos no numero elevado de 154. Essas Côrtes Gerais, pela importancia do assunto para que foram convocadas, salientam-se na historia do nosso direito politico. Trataram da sucessão do trôno de Portugal e todos foram unânimes em aclamar, como soberano legitimo, D. Miguel I. Na verdade, nenhuma outra solução havia para esse grave problema. D. Pedro, primogénito, havia renunciado logicamente ao trôno de Portugal, pondo-se à frente do movimento da independencia do Brasil...

Na sessão de 23 de Junho de 1828, os três Braços do Estado reconheceram os indiscutíveis direitos do D. Miguel à Corôa de D. Afonso Enriques; e no dia 6 de Julho do mesmo mez, perante a Assembleia Nacional, o Principe legitimo veio prestar juramento. Nessa sessão, ergueu-se D. Francisco Alexandre Lobo, Bispo de Viseu, e proferiu o discurso que abaixo transcrevemos Não podiamos deixar de arrancar dum injusto esquecimento este notabilissimo documento, que deve fazer parte duma Antologia Contra-Revolucionaria, cuja necessidade se impõe. Esse discurso do Prelado de Viseu é um vibrante comentário à tradição da Monarquia Portuguesa, cristã e paternal, vivendo na atmosfera dum trabalho sereno, organizado e livre de todas as miserias do liberalismo. As palavras do Bispo illustre ressuscitam, num vigor de energia constructiva, as características eternas da Nação, que nos Municipios, nas Corporações, e na magistratura do Rei, unguido pelo oitavo Sacramento de que fala Renan, encontrava uma estrutura humana, equilibrada e organica. Chamamos a atenção dos nossos leitores para a maneira incisiva com que, neste documento, se mencionam as liberdades nacionais, que a Liberdade anarquica e nebulosa veio aniquilar; os forais, que se rasgaram; e o dever de o Principe governar bem e directamente. Nestas palavras do Bispo de Viseu, a tradição ergue-se como um grito de vida. Ela está bem próxima de nós. As suas vozes são claras e recentes. Ouçamo-las com aquella comoção de vida e de esperança que elas despertam.

«Tornou-se em fim claro, e formoso dia a sombra temerosa, que carregou tão largo tempo sobre a patria! Chamado pelas leis, instado pelos votos e acclamações dos povos, determinado pelo reconhecimento, e supplicas dos Tres Estados do Reino, subiu ao throno de seus maiores o muito alto, e poderoso Rei, e Senhor Nosso, o Senhor D. Miguel I! Louvor seja dado a Deus, principal, e antes unico auctor de todo o bem; vivo e puro agradecimento ao excelso Prinipe; sincera congratulação ao nosso amado Portugal! Pe-

nhorou-nos a Divina Providencia com mais um argumento do empenhado favor, com que acode a remediar nossos males nesse mesmo instante critico, em que a prudencia humana pouco menos que entra a desesperar do seu remedio. Tiveram um termo os nossos justos receios: cobraram alento as nossas esperanças. Cessou a flutuação do governo supremo, renova-se a veneração das instituições provadas, e consagradas pelo tempo; renasce o apreço dos antigos costumes, e bem podemos com tudo isto prometter-nos a paz, e prosperidade dentro do reino, a consideração, e firme amizade dos povos estranhos.

«Para realizar a feliz harmonia de discreto, justo, e desvelado imperio da parte do Principe, com perfeita obediencia, e acrisolada lealdade da parte dos vassallos, de que depende a vida, não só a felicidade das Republicas, se tem dignado Sua Magestade de prestar hoje seu real juramento, e de receber o nosso; tudo pela fórma, e nos termos com que em semelhantes occasiões o praticaram sempre nossos antepassados. A' face dos Ceus, rendido ante o Supremo Senhor d'elles, e de todo o creado, com a mão sobre seu divino Evangelho, vae o nosso augusto Monarcha *jurar, e prometter de, com graça de Deus, nos governar bem, e directamente, de nos administrar justiça, e de nos gurdar nossos bons costumes, e liberdades.* O juramento não póde ser mais justo, o nobre animo, que o presta, é conhecidamente pio, e sincero; o Senhor, que o recebe, não póde ser mais recto, e poderoso, e não póde faltar o auxilio do seu poder onde é requerido pela piedade, e pela justiça. Razão temos, pois, de esperar com muita confiança o copioso influxo da Divina Graça, de que o augusto Monarcha vae em seu juramento reconhecer a dependencia para o bom governo dos povos, e para a ventura, e gloria do Principe.

«Duas verdades de remontada importancia reconhece aqui, por certo, o nosso muito alto, e muito poderoso Rei e Senhor; e no reconhecimento de ambas, vae de acordo com todos os Principes indubitavelmente grandes, que têm reinado sobre a terra. A primeira é que a felicidade, e gloria do Soberano é inseparavel do bom regimento dos seus povos: e por isso, em ordem á segura, e propria fidelidade, e honra, se propõe, e promette de os governar bem, e administrar justiça. É a segunda, que não póde haver bom regimento dos povos onde houver desvio dos conselhos, e regras da Eterna Razão, e faltar, por conseguinte, a cooperação de sua divina influencia: e por isso jura, e promette de os governar bem, assistindo-lhe, e aspirando á Graça de Deus. Verdades, repito, d'alta importancia, cujo desconhecimento tem tornado tantos Soberanos do mundo desventurosos, e deshonrados em seu tempo, e depois nas paginas da historia, e tornado tantas nações desgraçadas victimas do erro infeliz d'esses Soberanos pouco afortunados: e verdades, cujo conhecimento, e pratica tem dado a Sua Magestade tantos predecessores, e a Portugal tantos Reis felizes, e gloriosos. *Governar bem, e directamente* é a summa da ventura, e honra dos Principes: reconhecer, e confiar para isso no auxilio, e favor d'Aquelle, que sustenta os thronos, e inspira os decretos justos, é a summa da sua sabedoria.

«A' face dos Ceus, egualmente humilhados na divina presença, e rendidos ante aquelle, que é de Deus a imagem na terra, tambem nós juraremos aos Santos Evangelhos corporalmente com nossas mãos tocados, que recebemos por nosso Rei, e Senhor verdadeiro, e natural ao muito alto, e muito poderoso D. Miguel I, nosso Senhor, e por isso nos obrigaremos a obedecer, e servir com zelo, pontualidade, e fidelidade de bons, e fieis vassallos. Com viva impaciencia temos desejado, e esperado todos este bem assombrado

dia, em que a verdadeira legitimidade apparece desembaraçada de equívocos cavilosos, em que tornam a ser considerados os nossos antigos, e bem ganhados foros, e em que, por ambos estes principios, as cãs veneraveis da patria desattendidas (ainda mal!) e desacatadas por irreverente ingratição, recobram a dignidade, e respeito, que no decurso de sete seculos tem grangeado, e merecido, pela madureza nos conselhos, pelo atrevimento assombroso dos projectos, e pela constancia, e habilidade na sua execução.

«É pois que temos o sceptro empunhado por mãos seguras, e legitimas, que vemos desafrontado o nobre respeito da patria, esqueçamos por um momento as ondas, e tormentas passadas, e entreguemo-nos ao prazer delicioso da triumpho, que logra hoje a nossa justiça. Ponhamos de parte, em honra d'este formoso dia, outros pensamentos, e occupe-nos sómente a contemplação da scena, ao mesmo tempo affectuosa, e sublime, que temos á vista: filhos contentes em roda de um Pae por isso mesmo satisfeito: um Pae determinado a empenhar-se por continuar, e accrescentar a felicidade dos filhos, no meio de filhos dispostos a obedecer-lhe com reverencia, e a corresponder com amor ás suas fadigas.

«Quadro admiravel da verdadeira Monarchia; e ao menos da paternal Monarchia portugueza.»

Querem Carta e sabem acaso como ficarão e todos aqueles que quizerem Carta? Eu lho digo: ficarão sem Religião, sem Monarquia, sem Leis, sem ajustados costumes, sem Patria, sem Representação, sem jantar e sem ceiar, sem socêgo e sem liberdade, obrigados a pedir, não a Carta politica, mas Carta de Guia para irem por essas Misericórdias e, se ainda existirem, por essas Portarias, com uma escudela ao caldo.

José Agostinho de Macêdo (O Desengano, n.º 12).

A "republicanização," do ensino

A forma por que se está fazendo o ensino primário da história de Portugal é um facto verdadeiramente alarmante e digno de uma campanha que para elle chame as atenções de quantos, neste país, ainda se preocupam com os graves e momentosos assuntos da instrução.

A todos os pais consciuos das suas responsabilidades e ao professorado que ainda não pôs em almoeda a sua intelligência e dignidade profissional, compete iniciar essa cruzada libertadora, preservando a infância do veneno maçónico propinado em certos compêndios escolares que não têm classificação possível para a monstruosidade que representam.

Os espíritos juvenis não podem continuar expostos às perigosas consequências que derivam do ensino da história pátria, feito pelos processos viciosos que actualmente se empregam, tanto mais que essa disciplina, em boa pedagogia, deve ser chamada a desempenhar uma função preponderante na educação moral da infância.

Nós hoje vemo-nos na necessidade de ensinar, em casa, aos nossos filhos, precisamente o contrário daquilo que, em matéria de história, lhes é ministrado na escola; temos que destruir nos seus espíritos inocentes os resultados perniciosos de uma falsa instrução, ministrada com manifesta má fé. Mas esta correcção, aliás indispensavel, é um grave inconveniente, porque vem lançar no espirito da criança uma perturbação prejudicial ao seu desenvolvimento, dificultando-lhe a assimilação de factos em cuja discussão a sua intelligência ainda não tem condições para intervir, e também, porque não pôde comprehender que motivos levam a ensinarem-se-lhe na escola as coisas ao contrário da verdade.

No jornal *O Dia* de 5 de maio de 1916, e subordinado ao título de *A História no Ensino primário*, publicou o sr. dr. Alfredo Pimenta um artigo magnifico, em que este assunto era tratado com aquele bom senso e clareza que todos os seus escritos reflectem. Também na *Monarquia* de 26 de novembro de 1917, Caetano Beirão se occupou das *Histórias de Portugal*, num belo artigo depois incluído no seu livro *Uma Campanha Tradicionalista*, das primeiras e mais valiosas obras com que a nossa geração contribuiu para o processo da Democracia.

Apraz-nos lembrar aqui êsses dois nomes e êsses documentos, porque, exceptuando uma pequena local saída no mesmo jornal *O Dia*, se outros protestos se levantaram contra semelhante ensino, não temos deles conhecimento. E no entanto o assunto é momentoso.

Para casos desta gravidade e importância é que nós desejaríamos ver dirigidos os cuidados de certos pedagogistas que, a despeito do seu muito valor, se obstinam na inglória tarefa de rolar pesados seixos por ladeiras, à imagem do lendario e perverso Sisypho...

Para se fazer uma ideia do que seja o ensino da História nas escolas primárias, basta lançar a vista para os compêndios oficialmente adoptados.

São elles numerosos, mas todos, sem excepção, detestáveis pelas falsidades que contêm, pelo sectarismo anti-religioso e político que os caracteriza, pela péssima linguagem em que, na sua maioria, se acham redigidos.

De tantos, porém, um se avanta pela enormidade dos inconvenientes e defeitos que a todos os outros apontamos. Tem por título *Primeiros Esboços da História de Portugal*, e são seus autores dois individuos que se dizem, um, professor de história no Colégio Militar, outro, professor de ensino livre.

Essa obra que ostenta na capa, sobre um fundo verde, o busto vermelho da República, constitue, indubitavelmente, um autêntico caso de banditismo pedagógico. Assim o classificaremos, sem rodeios nem contemplos.

Supomos ter sido o primeiro, no género, que appareceu logo após o 5 de outubro,

(essa glória lhe deve pertencer), e nele revelam os seus autores, talvez uma rigorosa submissão às exigências dos programas do Ensino Primário *republicanizado*, mas também uma ausência absoluta de escrúpulos e de probidade científica. Elaboraram de-certo esse trabalho como quem desempenha um frete, no intuito de captar as simpatias dos governantes do regime. Se conseguiram os seus fins, não o sabemos.

Mas vejamos o que o compêndio diz, para que as nossas palavras condenatórias não pareçam, por ventura, excessivas.

E' abri-lo ao acaso, e nenhum espirito medianamente culto deixará de tomar se da mais justificada indignação. Não há lugar comum nem preconceito inimigo da nossa história que aí não encontre acolhimento. Aqueles que o elaboraram ignoram, ou fingem ignorar, tudo quanto modernamente se tem escrito sobre pontos e problêmas históricos que uma crítica científica e liberta de facciosismos corrigiu de uma forma positiva.

Nesse livro, destinado a proporcionar à infancia um primeiro contacto com a história da sua Pátria, diz-se, por exemplo, de D. João III:

«Este filho de D. Manuel, pouco intelligente, pouco instruido e muito fanatico, estabeleceu em Portugal o tribunal da Inquisição e a Companhia de Jesus.

«Por estes dois factos e pelo grande fanatismo de D. João III a historia devia ter-lhe chamado o **fanatico**, mas deu-lhe o cognome de *Piedoso*».

E em forma de dialogo entre pai e filho vem a seguir a costumada crítica à Inquisição e aos Jesuitas que, de tão banal, seria ocioso transcrever na integra, terminando por estas linhas preciosas:

«— E os Jesuitas tambem vieram n'esse reinado, meu pae?

«— Sim. Esses apoderaram-se do ensino, apoderaram-se dos espiritos dos reis e dos nobres, e dirigiram segundo as suas conveniencias as novas gerações. Os Jesuitas e a inquisição exerceram no nosso futuro as consequencias mais desastrosas. Tinhamos ido até então na frente da civilisação da Europa; começamos a ficar para traz, a embrutecer-nos, a estragar-nos. **Não se estudava, não se lia já**, não se faziam invenções, os estrangeiros fugiam de nós, a industria e o commercio arruinavam-se, o povo fanatizava-se, embrutecia-se, tornava-se a pouco e pouco macambuzio e indolente.»

E' pasmosa a desfaçatez com que se ousa afirmar ter sido tamanha a nossa decadência intelectual nessa época *que não se estudava, não se lia já!* Não pretendemos, porque não é esse o nosso objectivo, nem os limites deste artigo o comportavam, refutar o acervo de falsidades enfeixadas nêsse livro escolar. Limitar-nos-hemos, unicamente, a salientar as mais escandalosas. Mas não nos sofre o ânimo que não oponhamos aqui, por excepção, a tão insólita afirmativa, o depoimento insuspeitissimo que *Garrett* nos deixou, ao escrever o seguinte a pág. 142 do tratado *Da Educação*:

«D. João III protegeu as sciencias e as lettras; e sob seu reinado os portuguezes foram a mais instruida e litterata nação da Europa.»

E como êste poderíamos citar muitos mais, se para tanto fosse o caso. Supunham os autores dêsse compêndio que êle não saíria das mãos das pobres creanças da instrução primária?

E prosegue a descripção dessas eras de *obscurantismo*, com a mesma verdade e desembaraço:

«Os fins do reinado de D. João III mostram já bem essa decadencia. Apesar das riquezas que vinham para Lisboa o thesouro estava exausto, os nobres não podiam sustentar o seu luxo desvairado e por isso pediam ao rei que os mandasse para a India. Mas iam lá para enriquecerem, para fazerem crueldades, para negociarem e apanharem aos indios todo o dinheiro que podiam. A administração portuguesa começou a tornar-se vergonhosa, os indios começaram a revoltar-se.»

Eis como é apresentada às crianças a dissolução do nosso imperio do Oriente.

Mas, no Continente, não corriam melhor as coisas, no criterio desses *historiadores*, porque «o povo abandonando os campos, reunindo-se nas cidades, emigrando em grandes massas, fanatizando-se pelo mêdo da Inquisição, era desde o tempo de D. João III quasi exclusivamente constituido de escravos e de mendigos.»

Felizmente que a República acabou, por uma vez, com esse povo *constituido de escravos e de mendigos...* por obra dos reis e jesuitas...

De D. Sebastião diz o livrinho que: *era inteligente, mas muito exaltado, muito irriquieta, muito inclinado a conquistas e a empresas guerreiras.* Mas o pior é que: «Além d'isto um padre jesuita, Luiz Gonçalves da Camara, confessor d'este rei, conseguiu fazer d'ele um **fanático.**»

«Os exercicios corporaes, as ideias guerreiras tomavam-lhe todo o tempo; o seu temperamento, e as insinuações (*sic*) dos jesuitas faziam-no dar pouca atenção ás mulheres; por isso D. Sebastião nunca chegou a casar-se.»

Ora aqui está, como se explicam com tanta facilidade as coisas mais complexas. A questão é haver génio. — Não fôra a gravidade do assunto, e chegaria a divertir-nos a leitura de tanta insensatez...

Mas vem seguidamente o cardeal D. Henrique, que nessa história se diz ter sido *um velho muito doente, imbecil e fanatico que não tinha nem podia ter filhos.*

E neste teor prosseguem as lições da história de Portugal: D. João IV era um «hesitante»; D. Afonso VI, «enfuzado, fraco de espirito e dotado de costumes grosseiros». «D. João V, fanatico e prodigo, gastou uma grande parte do oiro do Brazil para que o papa (*sic*) lhe concedesse o titulo de Rei Fidelissimo e a criação de uma Patriarcal em Lisboa.»

Que êsse mesmo oiro do Brazil foi por D. João V empregado em obras da maior utilidade para a Nação, impulsionando as artes, as letras, as sciências, rasgando novas estradas, abrindo a *vala da Azambuja*, empreendendo a obra hidraulica, importantissima, do *Tejo Novo*, etc., isso tudo o oculta cuidadosa ou ignorantemente o compêndio...

Surge, porém, o Marquês de Pombal que «odiava os jesuitas» considerando-os «justamente culpados do fanatismo do povo e da decadência do país. Além disso, **temia a sua influencia** na côrte e, acusando-os de terem aconselhado o atentado contra o rei, **expulso-os** de Portugal e das colonias».

Mas as coisas por pouco tempo melhoraram, porque «morto D. José, o primeiro âto da sua filha D. Maria I foi demittir e processar o marquês de Pombal.» Não esquecendo que «D. Maria I era uma senhora doente, muito fanatica, sofrendo de desarranjo mental.» etc.

Depois, e a proposito da campanha de Rousillon consagra o compêndio uma página à apologia da Revolução Francêsa, que garante ter sido feita para remediar todos os males de que a França enfermava, «**para que não houvesse mais privilegios, para que todos pudessem igualmente desempenhar todos os empregos e tivessem os mesmos direitos e deveres.**»

Estamos agora chegados ao periodo da regência de D. João, e com êle às invasões francêsas, não se esquecendo os autores de acentuar que «na vespera de Junot entrar em Lisboa, a rainha, o principe regente e toda a côrte **fugiram** a bordo de uma esquadra inglêsa para o Brazil...»

A famosa fuga de D. João VI para o Brazil, de-certo não podia deixar de fazer parte do programa... Essa *fuga* a que nós ficámos devendo o não ter sido irmanados com a Espanha na humilhante submissão ao imperialismo napoleónico!

Assim se conta a história à infancia da nossa terra, numa época em que são os historiadores brasileiros, como o eminente Oliveira Lima, os primeiros a prestar justiça, à memória d'esse rei, e a apreciar a admiravel intuição politica de que deu prova, ao retirar-se com a côrte para o Brazil.

Da leitura do compêndio adoptado, devem as creanças inferir que os nossos reis,

esses reis, que fizeram a Pátria Portuguesa, eram quasi todos *imbecis, pródigos, fanáticos, cobardes ou loucos*. . . Como heróis, aparecem nas suas páginas, Gomes Freire de Andrade, Manuel Fernandes Tomás, e os revolucionários de 1820, legítimos precursores dos de 1910. . .

Raiou, em-fim, uma claridade nas trevas da nossa história: D. Pedro IV, «*apesar de ser já imperador do Brazil*», concedeu então aos portugueses a Carta Constitucional que, se mais cedo não derramou os seus benefícios por sobre este povo «que era quasi como um rebanho de escravos», foi porque a figura *sinistra* de D. Miguel «que era muito inclinado para o absolutismo» contrariou a expansão das ideias da Revolução Francesa que os soldados invasores espalharam por toda a parte. . .

E assim somos levados, aos baldões da história, da gramática e da ortografia, até ao reinado de El-Rei D. Carlos, o grande rei ao qual o livro se refere desta maneira:

«Esterei consentiu **grandes esbanjamentos dos dinheiros publicos**, apoderou-se indevidamente de grande parte de elles, violou muitas vezes a constituição do estado e atacou as liberdades publicas.»

Vem depois o *ultimatum* que deu origem a grande indignação e provocou a revolta de 31 de Janeiro de 1891, apreciada como segue:

«Mas por desgraça, essa revolta que não devia limitar-se ao Porto, foi sufocada. Julgou-se até, durante muito tempo, que de ela apenas tinham resultado alguns martires e alguns heroes. Comtudo a semente que ela tão generosamente espalhou, a Republica, frutificou afinal um dia; e hoje deve considerar-se o 31 de Janeiro como uma abençoada sementeira.»

Nem mais nem menos. Com a mesma consciencia e respeito à verdade se estudam os restantes factos relativos a esse reinado.

E o pai vai dizendo ao menino, quando descreve o periodo do «franquismo»:»

«—Só mais tarde poderás compreender bem todas essas vergonhas! Por hoje bastará que te diga que durante muitos anos tivemos sido roubados, escarnecidos, espoliados sem piedade. O tesouro publico tinha estado a saque. Os membros da familia real tinham-se apoderado criminosamente dos dinheiros da nação. Nos ultimos tempos do franquismo não havia sequer a liberdade de protestar contra esses crimes que, de dia para dia, se iam descobrindo. As leis estavam suspensas, o governo praticava todas as violencias e todas as tiranias para defender o rei. E esse decreto em que tu falas. . .

— O decreto de 31 de janeiro. . . »

E nesta altura, testemunhamos o facto inacreditavel e monstruoso de se *explicar*, num compendio feito para as escolas infantis, o assassinato de um rei que a nação ainda chora e a cujas patrióticas intenções já hoje todos os verdadeiros portugueses prestam desassomburada homenagem:

«— Exátamente. Por meio de elle o governo queria desembaraçar-se dos seus adversarios. Alguns seriam mandados á força para Timor, outros para o estrangeiro. . . E a indignação, o desespero, a profunda raiva que tudo isso provocou **explica** a morte de D. Carlos. . . »

Depois disto, os *Primeiros Esboços da Historia de Portugal* revestem o carácter de um órgão partidário em época de eleições, caluniando, insultando, e concluindo por proclamar a superioridade do regime implantado na Rotunda da Avenida em 1910.

Subindo ao trono, por morte de El-Rei D. Carlos, El-Rei o Senhor D. Manuel, afirma-se que: «foi um rei muito novo, pouco inteligente, muito timorato e devoto e recebeu a triste herança dos desatinos e dos crimes praticados no reinado de seu pai.» Assegurando-se também que: «A fraqueza, as tendencias fanaticas do rei, e a influencia de sua mãe, senhora extremamente religiosa, deram uma *grande preponderancia* aos bispos, aos jesuitas e a todos os elementos reaccionarios n'este reinado.»

Entramos, finalmente, na sexta parte do compêndio, em que as crianças são obrigadas a assistir a um perfeito comício de propaganda republicana.

O que aí se diz, seria de nenhuma importância se os *ouvintes* fossem já espectadores conscientes da tragi-comédia que se desenrola a nossos olhos, tão certo é que mais pôdem os factos do que o palavriado, como meio de elucidação; mas tratando-se de espíritos desprezados contra tais assaltos mal-fazejos, o gesto é mais repugnante e perigoso.

Limitar-nos-hemos a transcrever, dessas páginas, as seguintes linhas, como simples amostra do género:

«— São episodios tão recentes e tão notáveis que os não has-de esquecer nunca. A Republica é hoje uma realidade entre nós e é a melhor herança que podia deixar-te. Deves admirar sempre os homens que a fizeram — os que a fizeram com o seu talento e os que a fizeram com o seu heroismo. Hoje mais do que nunca deves amar a tua patria: ela está libertada e apta para todas as conquistas. E deves amar a vida, a honra e o trabalho — a vida é hoje mais agradável do que out'óra...»

E mais coisas *veridicas e profundas* se afirmam, como por exemplo: que *as guerras são muito raras* (a 2.^a edição deste livro é de 1914...) que *a sociedade progrediu imenso*, que a Republica (para nós os portuguezes) *tem promovido admiráveis progressos*; que nós temos já hoje o respeito de todos os povos; que a nossa patria *tem por si a Republica, a Justiça e o Direito*, etc.

Com que inconsciência ou maldade se traz para um livro escolar o tumulto das paixões políticas da nossa época, desta era de anciedade e incerteza!...

E tão em dia anda essa *história*, tão actualizada a trazem os seus autores, que na última edição apparecida já lá figura a effigie do sr. Teixeira Gomes, só faltando o relato dos crimes da *Legião Vermelha*, os episodios sangrentos da revolução do 18 de Abril, e a prisão do sr. Cunha Leal...

E' uma historia à maneira de jornal *do Condes*... Chega a parecer que os autores estão a troçar com os pais dos pobres alunos que hão-de submeter-se a tão extravagante e condenavel aprendizagem.

Longe de se incutir nos espíritos infantis o culto e a admiração pelo passado e pelas grandes figuras da nossa história, longe de se despertar na infância o amor pelas tradições gloriosas da Pátria, tudo se rebaixa e calunia, tudo se conspurca, para sómente exaltar a Democracia, a República e os seus corifeus.

Dir-se-hia que a nossa história se iniciou sómente em outubro de 1910. Tudo o que para trás ficou, com raras excepções, representa apenas imbecilidade, fanatismo, loucura, latrocínio!

Da Religião, da Fé que informou o carácter da nacionalidade e foi o germe de toda a sua expansão e grandeza, nem se fala ás crianças, em obediência a um programa elaborado ao sabor das associações do Registo Civil e do Livre Pensamento.

No artigo a que já nos referimos, publicado em 1916 pelo sr. dr. Alfredo Pimenta, dizia, e muito bem, aquele senhor ao apreciar a inclusão de factos contemporâneos num compêndio escolar da natureza do que estamos analisando:

«Porque tenho os meus principios, a minha philosophia politica, evidentemente que o meu ensino ha de reflectir esses principios e essa philosophia — quando aprecio os acontecimentos. Mas, por isso mesmo, essa apreciação vae incidindo mais intensivamente á medida que os factos mais afastados de mim se encontram. A' medida que me approximo do meu tempo, o que *eu penso* vae-se esbatendo. E deante dos factos contemporaneos — não digo o que penso: faço o simples papel de cicerone: enuncio.»

Assim deve ser; e tudo o que assim não fôr não é ensino, não é sério: é sectarismo, é violencia, como no presente caso.

Temos aqui, á mão, na nossa estante, um livro adoptado nas escolas de Inglaterra — *A School History of England, by C. R. L. Fletcher and Rudyard Kipling, Oxford,*

1911, — que adquirimos ha alguns anos em Londres, com o fim de nos inteirar da forma por que o ensino da história é ministrado às crianças daquelle país.

A pág. 220 desse compêndio, ao iniciarem o capítulo que abrange os últimos noventa e seis anos, (de 1815 a 1911 — desde Jorge III a Jorge V), entenderam os autores que deviam escrever estas palavras que vamos traduzir, e que patenteiam a orientação inteligente e honesta que presidiu à realização do seu trabalho:

«O periodo da História de Inglaterra que me resta contar-lhes, levar-nos-ha até aos nossos dias. E' uma história mais difficil de comprehender do que aquella que estudámos, e também muito mais difficil de escrever, porque variam muito as opiniões acêrca dos factos de hoje e dos últimos com anos.

Essas opiniões são, frequentes vezes, o reflexo da nossa educação; são coisas que ouvimos, contadas por nossos pais. Ainda existem pessoas nascidas antes da batalha de Waterloo. Quando tiverem mais idade, formarão por si próprios as suas ideias a respeito destes acontecimentos; e assim, neste último capítulo, o meu intento é, antes, enunciar os factos succedidos do que tentar formar-lhes a sua opinião.»

E' por este processo consciencioso e modelar, que em Inglaterra se ensina a história nos colégios.

E' uma obra que se impõe, a de dotarmos as creanças da instrução primária com um compêndio histórico que esteja ao alcance das suas inteligências rudimentares, que seja, a um tempo, repositório de factos e elemento educativo, sem maçonismo nem livre pensamento, sem falsidades perversas; uma história verdadeira, uma história de Portugal que seja portuguesa. Essa obra, tão importante, está ainda hoje por fazer; mas agora, mais do que nunca, é urgente que se faça.

Na justa apreciação de Malheiro Dias (*Exortação à Mocidade*, 2.^a ed. pag. 51), «Hoje, como dantes, a história portuguesa, manancial de ensinamentos edificantes, fonte de Juvência da nossa fé, anda mal contada pelos que, destituídos de sensibilidade, cuidam entendê-la applicando-lhe apenas os processos de análise racionalista, que não podem suprir, na sua agudeza, o dom do sentimento, tam certo é que o calor penetra mais fundo do que a luz.»

Pois essa história para as escolas cuja necessidade cada dia se faz sentir mais intensamente, não falta quem se disponha a escrevê-la, com competência, carinho, e em legítima linguagem portuguesa. Tem faltado apenas quem se resolva a edita-la.

Feita acima de todos os programas de ensino republicano, de-certo não seria aprovada pelos governos do regime. Mas nem por isso deixaria de ser adoptada por todos os pais e preceptores conscienciosos que nela encontrariam um seguro guia para as suas prelecções, e um antidoto precioso contra o deletério ensino official.

Sabemos que Ernesto Gonçalves, um dos melhores espíritos da nova geração pensa em levar a cabo tão patriótico empreendimento editorial.

Que o realize, e o paiz ficar-lhe ha devendo um serviço inestimável.

Não nos atemoriza a ideia de que os processos pedagógicos que expusemos logrem atingir o seu objectivo, no que respeita à formação do espírito republicano entre as crianças da instrução primária. Não.

Quando, ao iniciarmos estas linhas, dissemos que os espíritos juvenis não podem continuar expostos às perigosas consequências que advêm de um ensino da história ministrado sectariamente, quizemos referir-nos ao prejuizo moral que para esses espíritos innocentes representa a instrução defeituosa e viciada que se lhes faculta. Quanto aos factos, que são dos nossos dias, há-de a sua própria eloquência ter nessas crianças que serão a mocidade de amanhã, maior poder do que todas as mentiras que nas escolas primárias se lhes inculcaram.

Temos a convicção de que o regime nada lucrará com esse género de propaganda em que parece depositar, ingenuamente, tão grande confiança. A chamada *republicaniza-*

ção do ensino ha-de resultar ineficaz, — porque é sempre precária a eficácia da mentira.

A legislação que visava a **extinguir o catolicismo em duas gerações**, na expressão do próprio autor, logrou, sómente, afervorar a fé, e provocar a mais salutar das reacções por parte daqueles espíritos que se pretendia afastar da Igreja.

Também as crianças educadas nas escolas **sem Deus nem religião**, e envenenadas por tais compêndios maçónicos e republicanos, cêdo varrerão do seu espírito os erros e grosseiras concepções com que, num fim sectario, se lhe quiz obscurecer o entendimento.

Para o conseguir, ai estão exercendo a sua propaganda os melhores elementos do *Integralismo Lusitano* e da *Acção Realista Portuguesa*; ai está o escol da admiravel geração nova que dia a dia queima o verdor da sua mocidade, combatendo com fé por uma *verdade portuguesa* que é a um tempo, **católica e nacionalista**; ai estão os estudantes, os rapazes das escolas superiores, orgulhosos da sua intelligência esclarecida, conhecedores de que a principal condição da vitória é a boa vontade de vencer, e a quem a República não consegue enrolar nas dobras do seu manto esfarrapado e sangrento.

Fernando Campos.

E mais um passo se traçou na obrigação que a todos nós cabe de restaurar a «história» na História de Portugal. Anima-nos para isso o grande exemplo de Fustel de Coulanges. Tal é a maneira mais eficaz de se restabelecer a perdida unidade moral da Pátria. Borrêmos a historia falsa, — a história de partido! Historia que leva à guerra civil, — na frase do mestre eminente de La cité antique, foi ela quem dissolveu entre nós os laços intellectuais que nos prendiam à árvore sagrada da Tradição, no seu processo, — na corrigenda inexorável que opusermos aos seus combates e às suas calúnias, consiste na hora actual a expressão consciente do verdadeiro patriotismo. Que a nova geração que das ruinas levantará o Portugal-Maior —, chame a si esse soberano encargo, — e decerto que a vitória, abrindo as densas asas drapejantes, se lhes virá oferecer para guia seguro do caminho!

António Sardinha.

(Ao ritmo da ampulheta. Coimbra, 1925, pag. 273).

A divisão territorial portuguesa

(PLANO DE REORGANIZAÇÃO INTEGRAL)

Eis aqui, quasi cume da cabeça
Da Europa toda, o reino Lusitano,
Onde a terra se acaba e o mar começa...

Esta é a ditosa Patria minha amada...

CAMÕES, *Lusiadas*, III, 21, e 22.

1.ª PARTE

A organização antiga

SUMARIO: a primitiva divisão das terras; — a Província e a sua nomenclatura tradicional; — organização provincial em Comarcas; — os Districtos.

Nos primeiros tempos da Monarchia, o territorio português estava distribuido por:

— *Terras da Corôa*, sujeitas directa ou indirectamente ao Rei;

— *Concelhos*, com os seus foraes, que «constituíam o nexo que politicamente ligava os grémios municipaes ao poder central»; ¹

— *Terras de senhorio particular*, usufruidas pelas classes privilegiadas, mas sob inquirição real, especialmente a partir de D. Denis e D. Affonso IV.

As imunidades largas das classes e os privilegios locais limitavam a acção do Rei, motivo por que as leis se não generalizavam a todo o país, nem a organização administrativa podia ser uniforme.

Os Reis doavam terras aos nobres, e com ellas concediam-lhes certas regalias e direitos de que no entanto excluíam as que se mantinham intrinsecamente ligadas á função real. A materia de intervenção do Rei era administrar justiça em todas as terras, que, embora doadas, constituíam patrimonio do Estado. Os donatarios, porém, disputavam ao Rei o direito de jurisdição nas terras, que por doação real lhes pertencia. Isso trazia vexames dos povos e luctas com o Rei, até as disposições de D. Denis obrigando os nobres a aceitarem em suas terras os inquiridores da justiça real; assim determinava El-Rei que

... «he direito, e huso, e costume geeral dos meus Reynos, que en todas as doações, que os Reys fazem a algunos, sempre fica aguardado para os Reys as apelações, e a justiça mayor, e outras cousas muitas, que ficam aos Reys en sinal, e en conhecimento de mayor Senhorio». ²

Os Reis reclamaram para si a administração da justiça em todo o Reino, por ser essa a mais alta função do Rei. — «Os Patriarcas da antiga Lei, e os Pais de familia em geral forão os exemplares, e verdadeiros modêlos dos Reis,» — diz o Marquês de Pe-

¹ Fortunato de Almeida, *Historia de Portugal*, Coimbra, 1922, I, 438.

² João Pinto Ribeiro, *Memorias para a historia das inquirições*, Doc., pag. 105.

nalva, para, logo no fim do mesmo capítulo da sua *Dissertação a favor do Monarquia*, concluir como segue. «Cedêrão então a este Pai commum todos os Pais de familias os seus veneraveis direitos, e encarregou-se a hum só o governo de todos. Sentirão-se logo os benignos influxos, que a concordia produz; união de forças, igualdade de subordinação, semelhança de costumes, interesse reciproco; tudo concorreo para fazer nascer o Patriotismo huma das mais bellas, e necessarias qualidades de Cidadão, e de Vassallo.»¹

Tambem D. Fernando em lei de 1375 lembrou que os Reis seus ascendentes tinham feito «Doações de Villas, Terras, e Lugares, com Jurdiçom, e com mero, e misto imperio, assi no Crime, como no Civil, rezervando expressamente, como quer que sempre se entenda, e entender deva, aquello, que pertence, e esguarda o maior, e o mais alto, e Real Senhorio».²

A par dos donatarios nobres, havia os donatarios ecclesiasticos. Os mosteiros, como o de S. Bernardo ou de *Cister*, de Alcobaça, o de Santa-Cruz de Coimbra, as ordens-militares (*Templarios, Hospitalarios*, a de *Calatrava*, de *Santiago-da-Espada*, a de *Christo*), como o Clero secular, tiveram grandes territorios, doados quer pelos Reis quer por particulares, com numerosos privilegios no foro ecclesiastico, origem de contendas com os Reis, que tiveram de os reprimir até com o auxilio do Pontifice.

Os *coutos e honras, terras coutadas ou honradas*, espalhavam exageradamente pelo Reino os territorios privilegiados. As propriedades da nobreza eram: *patrimoniaes*, recebidas no patrimonio; — e *regalengas*, procedentes do Rei. Umas e outras eram privilegiadas, libertando os moradores de prestar serviço militar (*hoste e fossado*), e de pagar certos impostos em dinheiro ou em generos (*foro*), como tambem dos castigos em dinheiro (*pelta*). Se algures os *coutos* e as *honras* se equivalem,³ os privilegios das *honras* eram devidos á nobreza do senhor, e os dos *coutos* constituíam regalia concedida pela Corôa,⁴ As *behetrias* eram senhorio de nobre escolhido por eleição dos habitantes e com confirmação real.

Eram pois as possessões da Corôa, da Nobreza, do Clero, e dos Concelhos, o total do territorio portuguez, assim repartido e diferenciado.

As terras do Rei dividiam-se em *Districtos* administrativos e militares, chamados *Terras*, cujo chefe, delegado do Rei, era o *rico homem, tenente*, e ainda *senhor da terra*. O *Districto* administrativo era tambem *comarca judicial* ou *jugado* com o seu *juiz* ou *juiz da terra*. Dividia-se em *préstamos*, sendo o «préstamo» um conjunto de casaes ou aldeias cujo rendimento parcial ou mesmo total, revertia em favor de um delegado do Rei, chamado *prestameiro*, como galardão de serviço publico.

O P. Luís Cardoso, referindo á divisão territorial do Reino, diz: — «*Divide-se este Reyno em seis Provincias, que são a de Entre Douro & Minho, a de Trás-os-Montes, a*

¹ Marquez de Penalva, *Dissertação a favor da Monarquia*. Lisboa, 1799, § IV, pag. 17 a 19.

² *Ordenações Afonsinas*, L.º II, lit.º 63, n.º 2.

³ Caetano do Amaral, *Historia e Memorias de Academia*, tomo VI, p. II, pag. 116 e ss.

⁴ Alexandre Herculano, *Opusculos*, VI, 251, Gama Barros, *Historia de Administração publica*, I, 439 e ss.

da Beira, a do Alemtejo, o Reyno do Algarve, & da Estremadura ¹ E João Bautista de Castro mencionava-as assim: duas na parte septentrional, Entre-Douro-e-Minho, e Trás-os-Montes; duas «no coração do reino», Beira e Estremadura; duas na parte meridional, Alentejo e Algarve, ²

No *Mappa de Portugal*, Bautista de Castro deu-se ao trabalho de transcrever doze oitavas de um Castelhana, que nellas corria rapidamente a corographia portuguesa. Por curiosidade, mais que por archivo, ellas aqui ficam na integra.

ENTRE-DOURO E-MINHO

Es Entre Duero, y Miño la primera
Porcion del Reyno, en rios muy bañada,
D'onde *Braga* magnanima psospera
De los Brachatos hija sublimada.
Al Romano dificil, y guerrera:
A los de Porto altiva, y respetada:
De Augusto honor, Juridico Convento,
Corte Sueva, y Arcobispal assiento.

Del Duero illustre el margen atractivo
Porto, que de Gatelo pueblo raro
Con mitra Episcopal se ostenta altivo,
Dandole a Portugal nombre preclaro.
Guimarães villa es noble, y primitivo
Solio de Reys Lusos. Tiene claro
Timbre *Puente de Lima*: altas bellezas
Vianna, de partido ambas cabeças.

Mappa de Portugal, I, 31.

TRÁS-OS-MONTES

Es Tras los Montes la porcion segunda
De heroicas poblaciones adornada,
Donde *Miranda* Episcopal se funda
Sobre peñascos bien encastillada.
Del rey Brigo *Bragança* hija segunda,
De la Inez bella, como desdichada,
Talamo, en llano delicioso brilla,
De esclarecidos Duques alta silla.

Entre otras villas sale floreciente
La *Torre de Moncorvo*: la apacible
Villa Flor: *Mirandela* con gran puente:
Belica *Chaves*, *Villa Real* plausible,

Freixo de Espadacinta muy valiente,
Alfandega da Fé apetecible,
Mascareñas en frutas deliciosas,
Fertil *Chacim*, y en trato generosa.

Mappa, I, 35

BEIRA

Es Beira la tercera region, que ostenta
De Viriato el nombre formidable,
Donde *Coimbra* Episcopul se assienta
De Mondego en la orilla deleitable.
Produxo siete Reyes opulenta
Grande en lo noble en letras admirable:
Yaze Obispal *Vizeu* en gran llanura
Del infeliz Rodrigo sepultura.

Lamego, Episcopal sale gallarda.
Aveiro en territorio es abundante.
Sobre peñascos asperos la *Guarda*
Con Iglesia pastoral luz brillante.
Sin mitra *Idaña*, solo el timbre guarda,
Que de Wambæ adquirió patria elegante;
Más poblacion la nueva *Idana* tiene,
Que en el sitio cercano se contiene.

Castello Branco entre otras cobra fana.
Tentugal por la fuente, que ay en ella,
Montemaior de Brigo obra se aclama,
Fuerte *Almeida*, que en armas tiene estrella.
Celorico el laurel de Apolo enrama:
Por sus duques *Lafões*, y *Avero* es bella:
Cobillan gosa celebre fortuna
De la Cava fatal illustre cuna.

Mappa, I, 38.

¹ P. Luís Cardoso, *Dicionario Geografico*, Lisboa, 1747, I, 2.

² J. Bautista de Castro, *Mappa de Portugal*, Lisboa 1870, I, 27.

ACÇÃO REALISTA

EXTREMADURA

Es la quarta provincia Extremadura,
Que contiene a *Lisboa*, donde cria
Del claro lis beviendo la dulçura
Con Episcopal Baculo *Leiria*.
La villa de *Batalla* se assegura
De Reyes Portuguezes uma umbria.
Santarem con portentos de corona,
Y de aver sido throno real blasona.

Con juridicion *Thomar* se ofrece
Al dulce Naban, que sus campos baña.
Alemquer del Alano permanece
Fundacion en frutifera campaña.
Cintra del quinto Afonso patria crece.
Primera poblacion sale de España,
Setubal al mar grande dirigida
Morada de Tubal apetecida.

Mappa, I, 24.

ALENTEJO

Sigue quinta Region la de Alemnjo,
Cuya cabeça, y Metropolitana
Es *Evora*, de Roma claro espejo,
Del gran Giraldo gloria soberana.
Tiene noble dominio, y fiel ensejo
Portalegre risueña Diocesana.
Elvas com mitra luze venerable
Liendo por su Castillo inexpugnable.

Beja ciudad insigne se publica,
Y el precioso licor de Baco enseña.
Entre otras villas *Extremoz* mui rica
Es invencible, y fuerte *Jurumeña*
Por sus inclytos Nobles a Belona.
Montemayor el Nuevo el ser dedica.
Villa Viçosa en llano está florido
Templo de Proserpina y de Cupido.

Mappa, I, 45.

El reino de Algarve es la postrera
Porcion, cuyas ciudades son *Tavira*
Delrei Brigo gallarda Primavera,
Donde herido del viento el mar suspira.
Faro Obispal adorna su ribera,
Al oceano fuerte *Lagos* mira.
Con poca vezindad nombre difuso
Alcança *Silves* Paraiso Luso.

Mappa, I, 48.

(Continúa).

Luis Chaves.

*Represente a Nação, não a soberania, porque a não tem,
mas à Soberania, quando for chamada, venha por seus
procuradores a Côrtes, consulte ao Rei, mas não delibere
com o Rei; proponha e não impere.*

José Agostinho de Macêdo (*O Desengano*, n.º 12)

Revista da Quinzena

SUAS MAGESTADES EM ROMA

NOTA OFICIAL

S. S. M. M. El-Rei e a Rainha, que tinham passado o dia 16 d'Abril em Bordighera com S. M. a Rainha Margarida d'Italia, almoçando na *Villa Reale*, partiram a 17 de Cannes para Roma onde chegaram a 18 de manhã, indo n'esse mesmo dia á *Villa Savota* visitar S. S. M. M. os Reis d'Italia, realisando-se ali um almoço de familia.

Em 20 seguiram S. S. M. M. para o Palacio Real de Capo di Monte, Napoles, posto á disposição de S. M. a Rainha Senhora D. Amelia por Sua Augusta irmã, Sua Alteza Real a Duqueza d'Aosta.

Aí se demoraram até o dia 6 de Maio, voltando n'essa data para Roma, afim de realisar-se a visita a sua Santidade.

Logo no dia 7, de manhã, teve S. M. El Rei uma demorada conferencia com Sua Eminencia o Cardeal Gasparri Secretario d'Estado.

No sabbado, 9, teve logar a Audiencia de Sua Santidade ás 7 1/2 da tarde.

S. S. M. M. foram recebidos á entrada da *Escada Regia* no *Cortile di S. Damasco* pelo Monsenhor de Serviço, formando-se ali o cortejo para subir aos Aposentos particulares do Pontifice.

Na Sala Clementina uma força da Guarda Suissa, de grande uniforme, prestou as devidas honras a S. S. M. M., que atravessaram successivamente a Sala da Gendarmeria Pontificia, a dos Guardas Nobres, onde outra força de grande uniforme igualmente prestava honras, a do *Troneto*, a ante-camara pontificia, até entrarem na Livraria, onde Sua Santidade recebeu os Soberanos.

A audiencia durou 25 minutos.

Acompanhavam S. S. M. M., tendo tambem tido a honra de serem recebidos por Sua Santidade, a Senhora Duqueza de Palmela, Camareira-Mór da Rainha e o Conselheiro Aires d'Ornelas, Lugar-Tenente d'El-Rei.

Terminada a audiencia, formou-se o cortejo com o mesmo cerimonial, indo S. M. El-Rei á visita protocolar ao Cardeal Secretario, e Mgr. Borgongini Duca, Secretario da Congregação dos Negocios Ecclesiasticos Extraordinarios, procurou o

Eminentissimo Cardeal Vannutelli. Decano do Sacro Colegio, antigo Nuncio em Lisboa e ainda hoje Cardeal Protector de Portugal, que depois lhe retribuiu a visita, e alguns membros do Sacro Colegio.

S. S. M. M. praticaram os actos necessarios para ganhar a Indulgencia Jubilar do Anno Santo, segundo a forma especial que por Sua Santidade Lhes fôra paternalmente concedida.

No domingo, 17, S. S. M. M. acompanhados pela Senhora Duqueza de Palmela e Conselheiro Aires d'Ornelas, assistiram na Basilica de S. Pedro á grandiosa cerimonia da Canonisação de Santa Thereza de Lisieux.

A Secretaria d'Estado reservára para S. S. M. M. lugares especiaes ao centro da Tribuna da Familia da Seta, a primeira ao lado direito do Trono Pontificio. O Commendador Barluzi, camarista honorario de Capa e Espada de Sua Santidade, esperava S. S. M. M. á Porta de Santa Marta para Os conduzir aos Seus Ingares na Tribuna, atraz dos quaes se conservaram sempre tres camaristas de Sua Santidade, dando todas as explicações necessitadas pela Cerimonia, que durou cerca de cinco horas.

Terminada ela, S. S. M. M. foram reconduzidos á Porta de Santa Marta com o mesmo cerimonial.

Sua Magestade a Rainha a|Senhora D. Amelia, que chegara a Roma vinda de Napoles no dia 7, teve a 11, ás 7 1/2 h. da tarde, a audiencia de Sua Santidade, com cerimonial identico ao de S. S. M. M.

Acompanhava S. M. a Condessa de Seisal (D. Maria).

S. M. assistiu á cerimonia da Canonisação do dia 17 na Tribuna Real, á esquerda do Trono Pontificio.

S. M. regressou a Versailles no dia 23.

S. S. M. M. partiram de Roma para Paris a 19, de manhã, seguindo a 26 para Fulwell Park.

LETRAS

«ROTEIRO DAS SAUDADES» (versos), por Carlos Lobo de Oliveira.

Carlos Lobo de Oliveira é um dos melhores liricos da minha geração. Porque é um daqueles

em que melhor se colhe a graça terna e melancólica da raça. Como todos os que aspiram, até ao fundo, o ambiente puro da Terra, e entendem a voz paternal dos Ancestres — o poeta do *Roteiro*

das Saudades leva no seu canto, como num andar, o coração e a seiva de Portugal. Aqui e além, ha nos seus poemas, ao lado do hiteratismo quinhentista d'algumas expressões, o risco nervoso dum impressionismo contemporaneo. Mas, ou colorista ou vitralisadôr ou amorôso de belas atitudes extáticas ou repassado dum fio moderno d'exaltação e de intensidade — Carlos Lôbo d'Oliveira vive sempre dentro do ritmo, do espirito e da devoção nacionalista. Ouçam a «Carta de longe» :

O' mestre Sá de Miranda,
eu sempre te dei razão!
Despresámos a varanda
e a lareira quente e branda
pelo mar da tentação!

E agora, o principio da «Ode á Galiza»

ó terra da Galiza, ó Paço dos Cantares,
ó terra da Galiza, onde ha o mesmo Sol
e as mesmas coytas e tristezas e luares
que em Portugal!

Este seu livro, escreveu-o Carlos Lobo de Oliveira no exilio. E aqueceu o seu desabrigo á lareira carinhosa das boas evocações. Dessa ancia moral e dessa alta sêde emotiva, ficam-nos êstes limpidos, musicais e luzitanos versos. Já que dêles não posso falar por mais tempo, deixo aqui o claro soneto «Fonte de Inez», pagina d'enlevo gracil e transparente :

Inez, a do cabelo loiro, um dia
foi olhar os seus olhos namorados
na fonte que de espelho lhe servia :
na fonte lhe ficaram os cuidados . .

Inez amava a Pedro ; e Inez trazia
os olhos doces em luar velados . .
E tinha os choupos só por companhia,
eram seus nobres pagens bem amados !

Fonte d'Inez, cantando em fio d'água
fino rumôr de música dorida,
coytas d'amor de transparente mágua . .

Fonte donde a Saudade se abeirou,
ali, no cristal d'aguas, esquecida,
o teu rosto de Dona se espelhou !

Acabado de lêr o «Roteiro das Saudades», aprendemos que a Patria, quando está mais longe é que vive melhor em nós, e que a distancia é a grande estatuária milagrosa . .

«AO SOL» (notas dum ribatejano) por *Mota Cabral*.

Autor conhecido e apreciado de livros de proza e verso que lhe marcaram um iogar de relêvo — Mota Cabral foi sempre dominado por uma calorosa devoção ribatejana. Este seu novo volume, *Ao sol*, é mais uma serie de telas fulgurantes e latejantes, onde corre toda a forte vida sádia e varonil dos campos do Ribatejo, cheia de sugestões dinamicas e pletóricas, e dum comunicativo sabôr de energia e de garbo portuguez. O estilo

de Mota Cabral é poderôso, oftalmico, lembrando aqui e além Fialho, pela efusão plena e febril do seu meridionalismo. E, junto ao interesse que o seu livro merece como documentação regional, deixa-nos assim algumas páginas intensas para a nossa melhor galeria de prosadores contemporaneos. O retrato d'Antonio Soares, magnifico, e os desenhos de Simão da Veiga, primorosos.

João Ameal

CAMILO CONTRA REVOLUCIONARIO — por *Fernando de Campos*.

A obra de Camilo, cheia de relampagos de génio, e a sua vida trágica, suscitaram este âno uma avalanche de livros, livrinhos e livrécos. Poucas foram as obras que, com honestidade, trouxeram elementos para uma critica definitiva do grande escritor. Camilo é hoje um protexto excelente para qualquer nulo fabricar um opusculo nulo e ter o seu nome nas gazetas . . . A maior parte dos camilianistas são pessoas graves, burguêsas, que se ocupam de Camilo com um interesse ridiculo de colecionadores de estampilhas. Pobre Camilo !

Fernando Campos, porém, é um dos poucos que deram o estudo da obra de Camilo intelligencia e uma analyse serena e penetrante. O seu «Camilo Contra-Revolucionario» é uma preciosa contribuição para o desenho do perfil mental desse romantico de génio, que, com sátiras crueis, afirmou o seu desdem pela nova sociedade dos barões liberaes.

Guerrilheiro de D. Miguel na sua mocidade, Camilo permaneceu um miguelista ferrenho, embora, algumas vezes, certas afirmações suas o contradissem. Character romantico, desigual, duma volubidade frenetica, Camilo permaneceu sempre, no fundo, um verdadeiro tradicionalismo. E para o considerarmos um precursor do nosso nacionalismo, bastava o carinho com que sempre defendeu a pureza da nossa linguagem. Mas Fernando de Campos foi mais além — e reuniu depoimentos de Camilo sobre Religião e Politica. Poder-se-á certamente objectar que o grande novelista lançou, muitas vezes, blasfemias tragicas. E' certo. Mas um romantico, que envolvia as ideas com a névoa de sentimentos fugazes e que viveu numa época de emaranhados preconceitos, não conseguiria manter uma attitude intelectual de luminosa coêrencia. Camilo, como tantos outros, foi victima do seu tempo. Mas se limpamos a sua obra da cinza da sua época, e'la ergue-se como um formidavel edificio de lusitanismo.

Fernando de Campos, trabalhador cheio de talento e de honestidade, prestou com o seu livro um belo serviço á obra de Camilo, e á nossa causa, para a qual reivindicou a figura imortal do autor da «Brasileira de Prazins». Fernando de Campos é uma das poucas excepções entre a farândola carnavalesca dos camilianistas . . .

«CLARIDADE» — por João Ameal

«Claridade» — inscreveu Ameal no pórtico do seu novo livro de crónicas como a melhor palavra que sintetisa o pensamento que aflora nos seus comentários ás ideias, aos factos, e ás pessoas. E João Ameal não poderia escolher outra palavra que mais perfeitamente definisse a sua serena atitude e a sua esperança diante duma época de transição como a nossa, em que as ideias adquiriram um impulso guerreiro, — arrancaða, algumas vezes, de novas Walkirias, que desconhecem a disciplina e o luminoso comando da lança de Minerva... Atravez de todo o rumor da batalha dos nossos dias, ha um instinto de harmonia e de equilibrio que fatalmente, numa luminosa vitória, modelará o futuro. E, no horizonte, a esperança ilumina, acalenta, fascina, exorta, — é uma claridade inspiradora, uma promessa, uma sagração do esforço viril e do idealismo cavaleiresco

João Ameal encontrou na sua alma, como um tesouro de luz, esse clarão de esperança e de resgate. Deu á sua arte — que durante anos se exilou em paraísos artificiais — uma seiva humana, uma profunda comoção humana, porque o combate das ideias desvendou á sua intelligencia e á sua sensibilidade a essencia íntima da vida, o seu místico coração de dor e de alegria, de redenção e de holocausto.

O decadentismo, que em Portugal se confunde geralmente com o modernismo, seduziu João Ameal nas suas obras anteriores com a sua estética artificial, desequilibrada, que parece um capricho de Pierrot, um sonho de *haschich*, um vapor de ópio enublado a clareza da vida... Essa arte de intuitos decorativos, sem transparencia, sem harmonia, sem verdade, fica á superficie da vida, futil e e feminina. João Ameal, depois de ter errado pelos *dancings* da chamada arte moderna (a deliciosa *blague*...) regressou ao caminho ensoalhado do tradicionalismo, onde os nossos passos são serenos e fortes. Já o seu romance «Noctívagos» indicava a transformação da sua arte, manifestando intentos nacionalistas. Agora o seu livro «Claridade» vem afirmar duma maneira nitida a nova fase da sua obra de escritor, — e inicia o período em que o seu talento, na aceitação duma disciplina esclarecedora, se equilibra na posse dos seus recursos.

Para João Ameal o modernismo foi como um exercício da sensibilidade. A sua arte, nos ventos soltos duma emoção sem sentido elevado, soube recuperar a disciplina para conseguir renovar-se. Neste seu livro de crónicas, João Ameal faz uma profissão de fé e uma afirmação de ideias. Oicámo-lo:

«E' nesta hora que surge, floresce e batalha a minha geração. Ela tem a missão grave de re-

De reatar os fortes alicerces, as fortes lições, os fortes exemplos. Ela não é, como as outras, as do criminoso século, uma geração de Boemia, de Ironia ou de Indiferença — ela é a *Geração do Regresso*. Muitos ainda não o sentem. Ignoram-tar.

se. Perdem-se na estéril ondulações do tumulto. Gravam, unicamente, vultos de carnaval. São os vencidos, os inertes, os que não obedecem ao seu dever e ao seu momento. Mas a maior parte conhece a funda significação da sua idade. E caminha, orgulhosa, da tarefa estoica. E transfigura-se de vontade. E sente, na alma, o fluxo abençoado dos alentos proféticos. E leva os olhos fitos no horizonte, cortado de dores, agitado de temporais, sulcado de sacrificios — onde espera, ao fim do vitória a claridade futura...»

Estas palavras definem a atitude e o proselitismo da nova geração, a que João Ameal vem oferecer o seu talento, ocupando desde hoje um lugar de apóstolo ardente de nacionalismo. Este seu livro de crónicas tece em volta dos acontecimentos da actualidade um comentario leve, incisivo, construtivo. João Ameal fez da crónica um genero literário elegante e sóbrio — mas que não se deixa viciar por uma futilidade inutil. Os seus pequenos ensaios sobre Anatole France, Zola e Nacionalismo devem ser salientados pela justeza da critica e nitida afirmação de ideias. A prosa de João Ameal adquire de dia para dia um belo virtuosismo, orquestrada, rica de cor plastica, nervosa. Possui uma exuberante espontaneidade, — que algumas vezes o leva, numa embriaguez, a uma adjectivação exagerada. Mas a sua abundancia verbal, neste seu ultimo livro, disciplina-se e anuncia já uma clara harmonia. A sua crónica «O Mar» é uma página cheia de cor e de ritmo que demonstra altas qualidades de escritor.

Em cada nova obra o talento de João Ameal impõe-se. Dêle muito temos a esperar. E a ideia nacionalista — a verdade portuguesa — conta neste escritor novo um consciente defensor, uma intelligencia clara e vibrante e uma sensibilidade sempre aberta ás rumorosas vozes, aos apêlos religiosos do nosso tempo.

E. G.

«GENIO DA DESGRAÇA» por Joaquim Leitão

Na «hora centenaria de Camilo» escreveu Joaquim Leitão um pequeno volume em que oferece ao romancista a homenagem pessoal d'alguns capitulos interessantes. Numa prosa facil, viril, exprimindo directamente os seus modos de vêr, a sua ternura camiliana e o seu culto pela memoria do morto — o illustre académico fala-nos da vida atormentada de Camilo, de alguns episódios salientes das suas relações com os editores, e da ideia dum monumento ao autor dos «Narcóticos» acarinhada por alguns escritores no Porto logo depois do suicidio, e que não chegou a realizar-se.

Genio da Desgraça é mais um depoimento de destaque a juntar ao vasto e impressionante processo camiliano — um dos que mais apaixonadamente ocupam algumas intelligencias e algumas sensibilidades portuguesas.

ACCÃO REALISTA PORTUGUESA

«RESTAURAÇÃO»

A Acção Realista, que contava já com um órgão no norte do país — «A Realeza» que se publica em Vila Real — e outra no sul — a «Acção Algarvia» que se publica em Silves — acaba de ter um jornal no centro do país: — «A Restauração» que se publica em Coimbra.

Deve-se o reaparecimento da «Restauração», como órgão da A. R. P., ao nosso delegado sr. José Antunes Maia, à Junta Escolar da Universidade, e ao nosso amigo dr. Luis Osorio que muito auxiliou esta nos seus trabalhos.

Como noticiáramos, é redactor principal o secretario da Junta Escolar e nosso amigo Bento Caldas, administrador o delegado da A. R. P. em Coimbra, antigo official do exercito José A. Maia, e editor o combatente da Monarquia do Norte João Calisto.

Em editorial, o sr. Bento Calda traça a orientação que o novo órgão da Acção Realista vai seguir:

.....
 Monarquicos anti-liberais defendemos e queremos uma monarquia nacional na qual tenham cabimento todos os portugueses dignos deste nome, venham donde vierem.

.....
 Com todo o nosso doutrinarismo que pouco a pouco iremos expondo não temos em vista acirrar paixões que trazem consigo odios e desinteligencias, mas sim mostrar á massa anonima esfacelada e deprimida pelas peias do capitalismo politico absorvente de todas as energias productoras, que a monarquia é o verdadeiro regime e que o povo sobe-

rano foi criado á imagem e semelhança da democracia.

Em vez da C. G. T. organização retinctamente revolucionaria que cada vez mais compromete o estado de miseria em que a môr parte dos operarios portuguezes vive, lhes nega e retira a independencia que nós — monarquicos sindicalistas — lhe daremos na monarquia futura, queremos vêr os trabalhadores organizados em Sindicatos de Profissão onde não teem entrada os politicos e quaesquer agitadores extranhos á produção, pela aliança, emfim, entre o capital e trabalho. A monarquia não é o passado é o futuro.

.....
 Como veem os leitores «A Restauração» propõe-se continuar a obra coroada hoje de triunfos daqueles que aqui nos antecederam e entre os quais figuram nomes como os de Marques Mano, Ernesto Gonçalves, Henrique Menezes Parreira e outros que já partiram e a quem neste momento saudamos, e alguns que ainda se encontram ao nosso lado com uma firmeza inquebrantavel de Fé e que são Luiz Vasconcelos e Luiz Pina.»

Fica assim claramente definida a missão que a «Restauração» se impõe, a qual merece todo o nosso aplauso.

Saudamos o nosso delegado em Coimbra e prezado camarada José A. Maia, toda a Junta Escolar que tao briosamente tem trabalhado para a expansão da A. R. P., e em especial Bento Caldas e os que com ele mantêm, atravez de tantas dificuldades, bem vivo, no burgo universitario, a chama do nacionalismo purificador.

V Á R I A

«DIVISÃO TERRITORIAL PORTUGUESA»

Figurando como um dos pontos primordiais do programa da Acção Realista Portuguesa o Regionalismo e a descentralização administrativa, em contraposição ao uniformismo e ao centralismo asfixiante do sistema liberal, tornava-se necessário concretizar esta ideia num estudo que a um tempo mostrasse o que foi o tradicional regionalismo português e o que, em face d'ele, deverá ser a futura organização administrativa, em regime nacionalista e anti-parlamentar.

Confiando a Comissão Executiva de A. R. P. este trabalho á competencia do nosso querido amigo e colaborador sr. Luiz Chaves, foi-lhe, ao cabo de alguns meses, entregar o magnifico estudo que a Acção Realista tem o prazer de começar hoje a publicar.

164

A A. R. P. não vive de promessas vagas nem de palavriado, mas duma doutrina solidamente assente em bases filosóficas e experimentais, que que no passado encontra a determinante das suas leis e da sua finalidade. Assim Luiz Chaves procura nas fortes organizações regionais e municipais, que informaram a nacionalidade, a directriz que deve presidir á divisão administrativa da nação, restituída á sua estrutura nacional. Municipios, comarcas e provincias, com vida económica autonoma e representações em Côrtes, respeitando-se as diferenciações territoriais, historicas, orgánicas, que cem anos de constitucionalismo teem pretendido asfixiar, o país, em suma, conformado nos seus organismos naturais, eis o que o belo estudo, que hoje começamos a publicar, nos apresenta com toda a clareza e a probidade que Luiz Chaves costuma imprimir aos seus trabalhos.

A SAIR BREVEMENTE:

**Carta aberta aos meus
amigos e companheiros**

POR

H. DE PAIVA COUCEIRO

Edição da ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

CAMILO
CONTRA-REVOLUCIONARIO

DEPOIMENTOS

Coligidos, prefaciados e anotados

POR

FERNANDO CAMPOS

Pedidos á LIVRARIA PORTUGALIA — EDITORA

QUEREIS DINHEIRO?

JOGAE NO

Lama

R. do Amparo, 81

LISBOA

Telefone N. 4020



A ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

QUERE:

*A organização da sociedade tendo por células primárias a **FAMILIA, o MUNICIPIO e o SINDICATO PROFISSIONAL;***

*A constituição dumas **CORTES GERAIS** representativas dos interesses da **IGREJA, da TERRA, da INTELIGENCIA e da PRODUÇÃO;***

UM REI** que **GOVERNE** e escolha **LIVREMENTE** os seus ministros, **RESPONSAVEIS PERANTE ELE;

*Uma **MONARQUIA**, em fim, liberta de todas as mentiras democráticas, expressão fiel da **TRADIÇÃO PORTUGUESA** e do verdadeiro **INTERESSE NACIONAL.***